



SÃO PAULO

Comissão de
Política Criminal e
Penitenciária

Ata da Reunião do dia 22/05/2019

Às 18:30 horas do dia 22 de maio do ano de 2019, reuniram-se os participantes da Reunião da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), na Sede da OAB na Praça da Sé, 385 - Centro - São Paulo / SP.

Iniciados os trabalhos pela Presidente da Comissão, Dra. Priscila Pamela dos Santos, foram abordados os seguintes temas:

- 1) **GT. JUSTIÇA RESTAURATIVA:** Tendo em vista a criação da Comissão de Justiça Restaurativa da OAB, pauta que antes tinha um grupo de trabalho específico dentro dessa Comissão, discutiu-se a extinção do referido grupo de trabalho. Após breve debate, decidiu-se que a questão da Justiça Restaurativa é ampla o suficiente para que os grupos coexistam, de modo que o grupo de trabalho nesta Comissão deve continuar com foco específico no sistema penal.
- 2) **GT. MUTIRÕES:** comunicou-se que haverá reunião com Dr. Marcos Fuchs, consultor deste GT, para compartilhamento de formulário já utilizado pelo Instituto Pro Bono nos mutirões.
- 3) **GT. EGRESSOS:** Comentou-se que este Grupo de trabalho está bastante vazio e precisando de mais participantes da Comissão. Será anunciado isso no grupo do *whatsapp* para maior número de inscrições.
- 4) **GT. SAÚDE:** Após sugestão do consultor Dr. Drauzio Varella em reunião com a Presidente da Comissão, discutiu-se a criação de um convênio entre esta Comissão e faculdades de Medicina para que os universitários possam realizar trabalhos voluntários em unidades



SÃO PAULO

**Comissão de
Política Criminal e
Penitenciária**

prisoniais e, em contrapartida, obterem reconhecimento de créditos estudantis, auxiliando no tratamento digno dos presos. Este Grupo de Trabalho também está precisando de mais voluntários, em especial para projetar o referido convênio.

- 5) **GT. OFICINAS:** Discutiu-se a necessidade de elencar 4 oficinas iniciais para implementação imediata, inclusive algumas específicas para gestantes dentro das unidades. O consultor Bruno se dispôs a colaborar ativamente com o Grupo de Trabalho; há oficinas de ioga e dança já prontas para aplicação, esperando apenas aprovação da SAP para o projeto que precisa ser escrito formalmente.
- 6) **GT. MULHER ENCARCERADA:** Há reunião marcada entre os membros deste grupo para definição de prioridades dentre as atividades a serem feitas e aprovação de lista de unidades prisionais para atuação.
- 7) **GT. MAPEAMENTO:** Há projeto já em andamento neste grupo de trabalho para estudo do funcionamento das casas legislativas, a fim de possibilitar definição de estratégias de atuação para os demais grupos. Decidiu-se que este grupo de trabalho ficará responsável por articular as estratégias de atuação legislativa, a partir das demandas eventualmente trazidas pelos demais grupos.
- 8) **GT.GENOCÍDIO NEGRO:** Este grupo procurará novos parceiros para atuação em conjunto em projetos que já estejam em andamento. Foi sugerida a tentativa de parceria com a associação “Mães de Maio”.
- 9) **GT. “SOS CARTAS”:** Comentou-se que este grupo de trabalho está com tudo pronto para iniciar o atendimento às cartas recebidas pela OAB.
- 10) **AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA:** Discutiu-se bastante a questão de que nem todos os profissionais estão preparados para a atuação efetiva



no âmbito das audiências de custódia, com questionamentos do que esta Comissão poderia fazer nesse sentido. Assim, levantou-se a possibilidade de realização de grupos de formação de advogados para atuação específica nestas audiências, em especial quando não há atuação da Defensoria Pública, com a realização de cursos e *workshops*. Neste ponto específico, foi ressaltada a necessidade de alinhamento com a OAB por questões de financiamento e data para reserva de espaço para eventos.

A questão da identificação de situações de tortura, bem como a tomada de providências a partir da percepção de que houve a prática de tortura, também foi levantada como um problema sofrido por muitos profissionais. Discutiu-se que esse problema poderá ser resolvido em parceria com o Grupo de Trabalho especializado em tortura desta Comissão, que passará a levar esta demanda adiante. Foi mencionado o relatório da ONG Conectas Direitos Humanos chamado “tortura blindada” como relevante para análise nesse sentido.